



## GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

A Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

### **Estado, cidadania e acesso à saúde num contexto de desigualdades, no Baixo Sul da Bahia**

**Autoria:** Patrícia de Souza Rezende, Cecilia McCallum (FFCH/ISC/UFBA)

Trata-se de uma reflexão sobre a presença do Estado na vida social local do Riachão Ilha no Baixo Sul da Bahia onde realizamos uma etnografia, em pesquisa de Doutorado em Saúde Coletiva, no ano de 2013. A tese teve como um de seus argumentos, o papel ambíguo que o Estado exercia, como um dos principais sujeitos de intervenção, próximo nas relações sociais e engajado no processo reprodutivo: ao mesmo tempo em que oferecia cuidado e viabilizava a melhora de condições de vida da população local, também sustentava desigualdades de poder historicamente constituídas no país, que exerciam importante influência no cotidiano dos moradores do Riachão, provocando violências, reforçando assimetrias e vulnerabilizando a população. Remanescente de quilombola, a população de Riachão se manteve e se mantém até hoje, com a extração de recursos naturais - a pesca e a piaçava. A partir da etnografia, ficou claro que, para os moradores, a presença do Estado teve papel central na melhoria da qualidade de vida. Embora não usassem estes termos, sempre pontuavam as mudanças positivas desde que algumas medidas foram realizadas, sobretudo protetivas, através da seguridade social (Saúde, Assistência e Previdência Social). Além do Programa Bolsa Família (PBF), muito impactante para a vida local, outra medida também contribuiu para as melhorias apontadas, e conformou o processo de transformações pelo qual passava Riachão: a ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF). A cobertura do PSF foi ampliada no município após 2004. Também na área da saúde, os investimentos com a aquisição de uma lancha rápida e a Casa de Apoio na cidade vizinha,



afetaram diretamente a vida dos locais, sobretudo no que diz respeito à locomoção e acesso à atenção hospitalar, desde 2010. A população do Riachão experimentava a ampliação do acesso aos serviços, ao mercado consumidor, além das tecnologias e saberes. Tais transformações tinham no Estado, o agente principal de fomento. Mesmo assim, observava-se a persistência de desigualdades e hierarquias sociais, nos processos de busca e oferta de cuidados à saúde, nas histórias cotidianas de moradores e no acesso a determinados direitos. Para esta discussão, usamos de uma história presenciada em campo, recuperando alguns processos pelos quais as pessoas se relacionam com as agências estatais e as contradições que emergem nas suas interações. Trata-se do caso de Amália ? uma menina com cinco anos, à época ? que teve de peregrinar por diversos serviços até descobrir que estava com câncer ósseo. A avó foi sua principal cuidadora e pôde detalhar toda a luta enfrentada pela família atrás de um diagnóstico, revelando diversos tipos de violações: negligência, descaso e desrespeito.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

